

ATA DA 42ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte, em ambiente web, por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30min, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil**: Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Erli Camargo (Fundação Instituto Nereu Ramos – FINER); João Joffily Coutinho (Associação dos Defensores Públicos de Santa Catarina – ADEPESC) e **representantes governamentais**: Sullivan Desirée Fischer (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SDS), Fabiana de Souza (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SDS), Arlete Adriano (Secretaria de Estado da Saúde – SES); Juliana Coelho de Campos (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), Rose Koch Martins (Secretaria de Estado da Educação – SED), Reginaldo Rocha de Sousa (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP) e Tamiris Amaral Grazziotin (Casa Civil – CC), Maria Benedita da Silva Prim (Secretaria de Estado da Educação – SED) e **como convidadas**: Caroline Tavares Meireles (Conselho Regional de Psicologia – CRP), Professora Juliana Viggiano (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), senhora Yara Hornke (Conselho Regional de Psicologia - CRP) como membro da Comissão Permanente de Monitoramento de Violações em Direitos Humanos, Dra. Lia Nara Dalmutt (Ministério Público do Estado de Santa Catarina – MPSC). E Manuela Ribeiro (Secretária do CEDH/SC). A **plenária é aberta (1)** pela presidente do Conselho, Cynthia Maria Pinto da Luz (CDH- Joinville) cumprimentando a todos/as e dando as boas-vindas a convidada Dra. Lia Nara Dalmutt. A presidenta fez um breve relato acerca da importância da proximidade entre as diversas autoridades/instâncias do sistema de justiça e o Conselho. Cynthia (CDH – Joinville) solicitou para que fosse feita uma rodada de apresentações e na sequência a Dra. Lia Nara faria a sua. Após todos/as se apresentarem a Secretária fez a **leitura da pauta (2)** para aprovação e considerações que se fizessem necessárias. Com apenas uma inclusão na pauta, solicitada pela colaboradora Yara Hornke acerca de Manifesto da Rede para adesão e assinatura pelo CEDH/SC, a pauta então foi aprovada por unanimidade. Na sequência a presidenta solicitou a Secretária do Conselho para que fosse feito comunicado das **justificativas de ausências (3)**. A Secretária informou que apenas recebeu justificativa do conselheiro Gustavo Kremmer (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP) que havia feito uma cirurgia e pediu para que fosse acionado seu suplente o tenente-coronel Rocha (SSP). Dando prosseguimento, a presidenta passou para o ponto de pauta **(4) Relato e considerações acerca da Live Mesorregião Joinville**. A presidenta solicitou a conselheira Erli Camargo (FINER) para que esta fizesse o relato do encontro. Erli (FINER) então, listou os temas que foram apresentados na live como: *as mulheres, a migração, as questões carcerárias, questões sobre os trabalhadores da área da educação e, por fim as questões indigenistas*. Expôs ainda a conselheira Erli (FINER) que sentiu muita firmeza e profundidade na abordagem dos temas, agradeceu a organização do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz (Joinville), e destacou a importância da presença das intérpretes de libras por meio de parceria do CDH e, solicitou que o Estado disponibilize esse/a profissional nos próximos encontros. Informou ainda que as gravações estavam disponíveis para todos/as. Complementou seu relato dizendo que esse trabalho surgiu da necessidade de estar elaborando o Plano Estadual de Direitos Humanos a partir de um levantamento completo da realidade estadual como um todo, tomando como pontos de apoio, as mesorregiões. Com a palavra a presidenta Cynthia (CDH – Joinville) explicou que a articulação, em termos de mesorregiões foi uma ideia do CEDH/SC a fim de dar visibilidade ao

55 Conselho no interior do Estado, assim como construir um processo de capilaridade
56 para discussões em Direitos Humanos. Complementou seu relato explicando que
57 esse trabalho está sendo coordenado pela conselheira Erli Camargo (FINER) com
58 o apoio da Secretária do Conselho, Manuela, o apoio administrativo da SDS, e as
59 Comissões de Educação em Direitos Humanos e Políticas Públicas, e de
60 Comunicação do CEDH/SC. Cynthia (CDH – Joinville) finalizou dizendo que os
61 encontros estão conseguindo reunir entidades que trabalham na área de Direitos
62 Humanos e trazendo suas preocupações, fazendo denúncias e trazendo as pautas
63 em Direitos Humanos em Santa Catarina. A presidenta comunicou que as lives são
64 registradas no canal do YouTube da Secretaria de Estado do Desenvolvimento
65 Social (SDS) e eventualmente, por uma questão de agenda, esta de Joinville foi
66 feita no CDH – Maria da Graça Braz de Joinville, porém a Secretária do CEDH/SC
67 está providenciando a reprodução da gravação da Mesorregião de Joinville no
68 canal da SDS para ficar agrupado com as demais. Neste momento a conselheira
69 Fabiana de Souza (GEMDH/SDS) indagou se estava sendo feito algum registro
70 desses encontros. A presidenta respondeu que estão sendo feitos registros dos
71 participantes e das principais questões. A conselheira Fabiana de Souza
72 (GEMDH/SDS) comentou ter feito o questionamento pensando na importância de
73 ter esses registros para composição de um relatório pontuando, as pautas e
74 encaminhamentos. Erli (FINER) explicou que os temas são de livre escolha das
75 Mesorregiões e, além do registro em vídeo em paralelo estão sendo feitas
76 anotações. A conselheira complementou dizendo que está propensa a pedir aos
77 convidados para que possam dispor de material escrito que tenham em posse. A
78 presidenta comentou acerca da importância desses encontros denominando-os de
79 “*criadouro*” para futura proposta para elaboração do Plano Estadual de Direitos
80 Humanos. Em relação ao intérprete de libras, a presidenta disse que o CEDH/SC
81 poderia propor encaminhar Ofício a Diretoria de Direitos Humanos solicitando
82 este/a profissional. Sullivan (DIDH/SDS) comentou que deveria ser feita solicitação
83 formal para ficar registrado e, encaminhado ao gabinete, uma vez que, este Setor
84 tem o controle da quantidade que ainda tem disponível para prestação deste
85 serviço que por sua vez necessitaria de realização de contrato. A diretora finalizou
86 dizendo que está sendo liberado este profissional para vários eventos, citando a
87 Conferência da Criança e do Adolescente. Neste momento a Secretária do
88 Conselho pediu a palavra para fazer um comunicado. A Secretária informou que o
89 CEDH/SC havia feito pedido ao gabinete, e se fazia necessária a complementação
90 de algumas especificações sobre realização das lives na referida solicitação e
91 portanto, sugeriu estarem discutindo no grupo da Mesa Diretora. A presidenta
92 comentou que esses *incrementos* que facilitam a acessibilidade não podem ser
93 limitados. E, finalizou dizendo que “*temos que trabalhar para que eles [incrementos]*
94 *sejam utilizados de forma ampla e irrestrita*” e apontou o problema ao orçamento
95 não ser voltado para atender as necessidades em Políticas Públicas.
96 **Encaminhamento: A presidenta pediu para a Secretária oficializar pedido ao**
97 **gabinete.** Neste momento a presidenta pediu para a Caroline (CRP) se apresentar.
98 Dando prosseguimento a reunião se iniciou o debate **do ponto (5)** acerca do **Relato**
99 **sobre reunião 05 de novembro com os representantes das regiões no Grupo**
100 **de Referência do Pacto de Conselhos de D.H. e atividade de 07 de dezembro**
101 **para Conselhos de D.H. do país.** A presidenta iniciou esse ponto explicando que
102 o *Grupo de Referência dos Conselhos de Direitos Humanos* se tratava de uma
103 articulação em nível nacional com o Conselho Nacional de Direitos Humanos
104 (CNDH). Cynthia (CDH – Joinville) lembrou a todos que os representantes do
105 CEDH são: a própria Cynthia, Erli (FINER) e Maria Benedita (SED). A presidente
106 completou dizendo que a Rede não se tratava de um órgão institucionalizado do
107 CNDH mas, de um Órgão de articulação e, também de elaboração Política daquele
108 Conselho. Cynthia (CDH –Joinville) explicou a importância desse órgão e seu
109 trabalho de unificação das agendas de D.H. no país. A partir desse relato a

110 presidenta expôs que estão sendo realizadas reuniões por regiões. A presidenta
111 informou que a região sul já havia se reunido para debater as especificidades do
112 sul do país no que diz respeito a D.H. Finalizou seu relato comunicando que haverá
113 uma outra reunião para promover atividade no sul e; posteriormente, será
114 repassado na próxima reunião do Conselho. A conselheira Erli (FINER) informou
115 que a reunião do dia 05 de novembro havia sido suspensa e, inclusive a Secretária
116 do Conselho se mobilizou para verificação. Nesse momento a presidenta pediu
117 para que a conselheira, Arlete (SES) fizesse sua apresentação. Na sequência, a
118 presidenta retornou o relato acerca da reunião da Rede e, informou que ficou
119 decidido realizar reunião em nível nacional, no dia 07 de dezembro, com todos os
120 Conselhos do país, em comemoração à data da declaração universal de D.H. A
121 conselheira Erli (FINER) lembrou que no dia 10 de dezembro será realizada a live
122 com a Mesorregião da Grande Florianópolis. Cynthia (CDH – Joinville) propôs que
123 seja feita uma reunião ampliada e questionou se havia alguma objeção quanto a
124 esse formato. Não havendo manifestações ficou deliberado a realização da reunião
125 ampliada. **Encaminhamento: A presidenta solicitou a Secretária que fosse**
126 **publicado no grupo do Conselho cronograma de atividades até o final do ano.**
127 Na sequência foi dado início ao **ponto (6)** da pauta acerca do **Impeachment e**
128 **sucessão do governo de Santa Catarina.** A presidenta comentou que faria uma
129 breve introdução para na sequência abrir para discussão e aprofundar sobre essa
130 questão. A presidenta iniciou sua reflexão comentando sobre a situação dos
131 técnicos/as e servidores/as neste momento de troca de governo, onde surgem as
132 dúvidas, os projetos elaborados com prazos e, enfatizou a situação daqueles que
133 ficam “*na ponta*”, na periferia, na comunidade, que necessitam acessar os serviços
134 e denominou como “*caótica*”, a situação do impeachment. Nesse momento Cynthia
135 (CDH – Joinville), expôs sua opinião pessoal acerca do tema mencionando haver
136 “*uma manobra muito grande movimentando a questão do impeachment*”.
137 Complementou ainda que apesar de todos os problemas que o governo Moisés
138 tenha apresentado, reforçou sua fala anterior, dizendo haver também uma manobra
139 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC para “*colocar em*
140 *xeque*” essa situação. Na sequência, Cynthia (CDH- Joinville) comentou sobre a
141 postura da governadora interina nas redes sociais, com “*idas e vindas*” em posições
142 políticas. Nesse momento houve interrupção do vídeo aproximadamente 40
143 (quarenta) segundos. A presidenta afirmou estarmos numa situação de “*total*
144 *abandono das políticas públicas no estado de Santa Catarina*”. Cynthia (CDH –
145 Joinville) expôs que o CEDH não poderia se calar diante da situação do
146 impeachment, destacando não ser uma questão simples, porém, não partidária.
147 Concluiu dizendo ser “*uma questão de defesa do direito da população de Santa*
148 *Catarina ter o governo que merece, que o represente de fato. Distante da*
149 *corrupção, das manifestações nazistas e, de qualquer coisa que venha atrapalhar*
150 *o bom curso do desenvolvimento das políticas públicas no estado*”. A presidenta
151 disse que a questão não foi pautada no sentido de haver embate entre poder
152 público e sociedade civil mas para que o Conselho tenha uma posição na defesa
153 das políticas públicas estaduais em favor de D.H. Dando prosseguimento abriu-se
154 para a discussão. Cynthia (CDH – Joinville) dá as boas-vindas ao conselheiro João
155 Coutinho (ADEPESC). A conselheira Erli (FINER) comentou sobre a falta de
156 quórum nas reuniões salientando pender mais para a representação governamental
157 e com isso deliberações importantes ficam paradas. Nesse momento a presidenta
158 pediu para que mais pessoas se pronunciasse a respeito do tema. A conselheira
159 Rose (SED) comentou que do ponto de vista institucional o impeachment trouxe
160 preocupações, como consequência de qualquer mudança. Complementou dizendo
161 que a mudança de gestão, em geral, desestrutura toda a instituição. Salientou a
162 importância do serviço público e o comprometimento do corpo técnico e, que uma
163 mudança na estrutura da instituição poderia comprometer os serviços em
164 andamento. Cynthia (CDH – Joinville) indagou ao conselheiro João (ADEPESC)

165 qual era o olhar da Defensoria Pública frente a essa situação e que posicionamento
166 tomou. O conselheiro João (ADEPESC) informou estar afastado dessa
167 movimentação e, fala do posicionamento anterior da instituição, que não estava de
168 acordo com a solicitação de pedido de impedimento. Concluiu sua fala dizendo ser
169 difícil se posicionar sobre um procedimento que ainda está em andamento,
170 sugerindo se manifestar acerca da preocupação que tudo isso pode gerar nas
171 demandas políticas e nas atividades do governo, principalmente em momento de
172 pandemia. Cynthia (CDH – Joinville) propõe ao Conselho que este emita Nota
173 Pública expressando preocupação com a condução das Políticas Públicas pelo
174 estado em virtude dessa situação. E, concluiu destacando não ser papel do CEDH
175 fazer análise de mérito e tampouco ser cabível. A conselheira Arlete (SES)
176 comentou sobre a paralisação dos procedimentos que vem sendo tomados na
177 questão do combate ao coronavírus com as mudanças geradas com a troca de
178 gestão. A conselheira Sullivan (DIDH/SDS) introduziu sua fala dizendo que a
179 população e os mais vulneráveis seriam os mais atingidos com a situação do
180 *impeachment* e, complementou que por mais comprometimento que houvesse por
181 parte dos servidores públicos para dar continuidade aos trabalhos, por outro lado
182 “algumas coisas são colocadas em *stand by*”. A conselheira concluiu que isso
183 interrompe os procedimentos e processos de trabalho que seriam voltados para
184 beneficiar a sociedade, os mais vulneráveis. Sullivan (DIDH/SDS) comentou que
185 muito se discute sobre a responsabilização do servidor público e trouxe para a
186 reflexão a responsabilização pelos atos praticados e as consequências que tais
187 atos podem vir a gerar por parte do legislativo. E, concluiu destacando ser
188 importante a responsabilização do servidor público, porém deve-se trazer à
189 discussão que “*quando uma pessoa assume um cargo e está realizando uma*
190 *atividade de serviço para a sociedade, ele deve ser responsabilizado pelos seus*
191 *atos*”. Cynthia (CDH – Joinville) comentou que está havendo uma inversão de
192 papéis por parte dos poderes, gerando conflito de competências. E, concluiu
193 dizendo que “*não estamos vivendo num Estado Democrático de Direito, estamos*
194 *perdendo direitos e retrocedendo para uma ditadura de direita*”. **Encaminhamento:**
195 **Cynthia irá elaborar minuta de Nota Pública sobre a situação do impeachment**
196 **e o problema da pandemia para posterior considerações e publicação no**
197 **grupo de aplicativo com cópia para autoridades de justiça e para o legislativo,**
198 **Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**
199 **– ALESC. Dando prosseguimento foi introduzido o ponto (7) da pauta acerca da**
200 **Formação da Comissão Eleitoral.** Cynthia (CDH – Joinville) solicitou a Secretária
201 do Conselho para conduzir este ponto. Antes de passar a palavra a presidenta
202 lembrou que o mandato de todos expira em março de 2021, e; muitos destes já
203 foram reconduzidos. A Secretária do Conselho informou ter feito leitura da lei e do
204 Regimento Interno do CEDH e em ambos não há nada especificando a formação
205 da Comissão Eleitoral. A Secretária comentou como foi a formação da Comissão
206 anterior, colocada pela conselheira Erli (FINER) no grupo da Mesa Diretora, sendo
207 com representantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH e uma
208 representante da Diretoria de Direitos Humanos da SDS. A Secretária sugeriu 2
209 (dois) representantes governamentais e 2 (dois) representantes da Sociedade Civil
210 e deixou aberto para deliberação do Conselho. A conselheira Erli (FINER) sugeriu
211 indicar 2 (dois) representantes do governo e 2 (dois) representantes sendo 1 (um)
212 conselheiro representante da sociedade civil e 1 (um) representante do MNDH.
213 Formado esse grupo, o mesmo faria a minuta do edital, apresentando ao Conselho
214 para homologação e daria sequência ao processo. A conselheira se colocou à
215 disposição para ajudar. Ficou deliberado a seguinte Comissão Eleitoral:
216 representando o governo as conselheiras: Fabiana de Souza (GEMDH/SDS) e
217 Arlete Adriano (SES) e representando a sociedade civil, as conselheiras: Erli
218 Camargo (FINER) e Cynthia Pinto da Luz (CDH – Joinville). Nesse momento a
219 conselheira Fabiana (GEMDH/SDS) lembrou que para oficializar a constituição

220 dessa Comissão seria necessária publicação de Resolução em Diário Oficial do
221 Estado (DOE/SC). A conselheira sugeriu utilizar o edital anterior fazendo-se as
222 alterações necessárias devido a pandemia. Antes de iniciar o próximo ponto da
223 pauta, a presidenta perguntou a Secretária do Conselho se havia quórum para
224 aprovação das atas pendentes. A Secretária respondeu de forma afirmativa.
225 Cynthia (CDH – Joinville) passou para o ponto **(8)** da pauta, **aprovação das atas**
226 **pendentes**. A presidenta disse ter lido as atas e estar de acordo e questionou se
227 algum membro gostaria de citar algo nas Atas para modificá-las ou complementá-
228 las. Não havendo manifestações, as atas da 37ª a 40ª são aprovadas por
229 unanimidade. E, finalizando a reunião foi passado para o **ponto (9) da pauta,**
230 **assuntos gerais**. A presidente informou haver solicitação da colaboradora Yara
231 Hornke (membro de Comissão) para o CEDH assinar Nota. Cynthia (CDH-Joinville)
232 comunicou a dona Yara que se reportaria de forma genérica à nota. Feita a leitura
233 a presidenta abriu para discussão. Ficou deliberado que cada conselheiro entraria
234 no link, compartilhado no grupo pela dona Yara Hornke assim como faria a
235 verificação cada um com a sua entidade a possibilidade de também estarem
236 assinando. A Secretária do Conselho fez um informe sobre o Seminário Virtual de
237 Integração entre os Conselhos no dia 10 de novembro de 2020. Erli (FINER)
238 complementou a fala da Secretária dizendo que a ideia surgiu quando ainda era
239 conselheira e coordenadora do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e
240 Adolescente – CEDCA. A conselheira disse que a reunião foi muito proveitosa e
241 todos estavam presentes e, inclusive saíram alguns encaminhamentos que será
242 colocado no relatório do encontro. Erli (FINER) relatou que foi aprovada a sugestão
243 que em fevereiro de 2021 comece uma rotina de encontros para pautas afins entre
244 os conselhos. E, concluiu elogiando o trabalho e dedicação da Secretária do CEDH,
245 estendendo as demais Secretárias. Cynthia (CDH – Joinville) fez seu
246 agradecimento a todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da
247 Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Cynthia, presidenta do
248 CEDH/SC assinamos.